

PERSPECTIVAS DO TRABALHO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO TRANSGÊNERO

Hellen Cristina Ribeiro Soares¹

O processo transexualizador foi estabelecido no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008 e ampliado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 2.803/13 apontando ações de assistência e cuidados em saúde, voltados ao atendimento à população transgêneros, transexuais e travestis, e outras identidades de gênero. Se constitui por um conjunto de procedimentos assistenciais que auxiliam na transição de gênero.

É fundamental marcar aqui, que saúde está sendo compreendida no seu conceito mais amplo e radical, não como ausência de doença e tampouco entendida como um conjunto de ações que incidem apenas sobre o corpo, posto que saúde é um conceito que só existe na relação com a vida, é na vida que a saúde se manifesta.

Início assim estas reflexões sobre o trabalho da e do Assistente Social em um ambulatório que atende a população transgênero, por entender que produzir saúde e ampliação de vida só é possível a partir de uma leitura e compreensão do mundo e da sociedade em que estamos inseridos, mais do que desejar construir um mundo onde as pessoas queiram viver, é necessário desejar um mundo em que as pessoas tenham condições concretas e objetivas de viver bem.

Segundo Flávio Adriano Borges (2020):

As populações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, dentre outras (LGBTQIA+) precisam ter sua visibilidade ampliada para poderem evidenciar suas particularidades e necessidades de saúde, educação, moradia, renda, etc., rompendo com tabus e preconceitos que, ainda hoje, estão presentes em nosso cotidiano (Borges, 2020).

A invisibilidade social e institucional a que esta população está sujeita opera de forma violenta, fazendo com que a população LGBTQIA+ busque atendimento em saúde apenas em situações extremas para evitar barreiras de acesso que marcam as práticas nos serviços de saúde. Violências que se materializam por meio do desrespeito ao uso do nome e pronome escolhidos, pelo uso do banheiro, ou mesmo em atendimentos orientados por visões heterocisnormativas².

O Ambulatório especializado para atendimento a esta população busca a possibilidade de o sujeito “cuidar-se”, isto é, “de produzir continuamente o sentido necessário em

¹ Graduada em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestra em Sociologia Política (UFSC); Doutoranda em Saúde Coletiva (UFSC). Assistente Social no CAPS ad e AMBULATRANS de São José.

² A heterocisnormatividade descreve como identidades, gêneros e corpos são produzidos por meio da regulação da sociedade, colocando corpos, pautas, normas e práticas heterossexuais de forma sempre naturalizada, em oposição à “não norma”, ou seja, pessoas LGBTQIA+.

resposta às solicitações da realidade cotidiana, simultaneamente subjetiva e objetiva” (Costa-Rosa, 2013, p. 304). Assim, a proposta do ambulatório é a oferta de cuidado direcionada para a autonomia e responsabilidade de quem cuida e de quem é cuidado, em uma organização que expressa modo de vida e identidades, de acordo com a história singular de cada pessoa.

Quando realizamos o trabalho com a população LGBTQIA+ é fundamental compreender que vivemos no país que mais mata esta população, é saber que o objetivo da criação da política para esta população é:

Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, **eliminando a discriminação e o preconceito institucional**, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo. (Brasil, 2013, pg. 20)

Os determinantes sociais da saúde são atribuídos às condições em que os indivíduos vivem e trabalham. Eles incluem fatores sociais, econômicos e culturais que afetam a saúde das pessoas. Compreender esses determinantes permite à e ao Assistente Social intervir nas condições de vida das pessoas e comunidades, bem como nas desigualdades sociais que afetam sua saúde, identificando situações de risco e vulnerabilidade social.

A conjuntura social, econômica e política é determinante para a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. Neste sentido, o processo transexualizador está para além do cuidado e assistência clínico-terapêutico; atuando no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social relacionadas às desigualdades e violências de gênero.

Desse modo, a atuação da e do Assistente Social como parte da equipe multiprofissional é orientada pela integralidade da atenção à saúde e considerar as diversas necessidades da população usuária e o atendimento a seus direitos, tendo em vista que esse acompanhamento não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos apenas, mas sim contemplando o indivíduo em todos os níveis de atenção e considerando o sujeito inserido em um contexto social, familiar e cultural.

REFERÊNCIAS

BORGES, Flavio Adriano. **A importância da construção de políticas públicas direcionadas à população LGBTQIA+**. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/a-importancia-da-construcao-de-politicas-publicas-direcionadas-a-populacao-lgbtqia>. INFOSUS, 25 de set. De 2020. Acesso em 20 de março de 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

COSTA-ROSA, A. **Atenção psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. São Paulo: Unesp, 2013.

Expediente: Este boletim é uma publicação do CRESS 12ª Região - Gestão 2023-2026.

Comissão de Comunicação: Cassiano Ferraz, Flávia de Brito Souza, Jéssica Degrandi, Karoline Gonçalves, Latoya de Oliveira Costa, Rodrigo Faria Pereira e Simone Dalbello.

Diagramação: Cassiano Ferraz - Assessor de Comunicação (comunicacao@cress-sc.org.br)